

**RELATÓRIO DE PRÉ-INICIAÇÃO CIENTÍFICA**  
**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**ETEC CEPAM - GESTÃO PÚBLICA**

**PROJETO**

**OLHAR DIRETO DE SABERES: MAPEAMENTO DOS ODSs LOCAIS NA REGIÃO**  
**DO BUTANTÃ - PARTE II**

**SÃO PAULO**

**2021**

## **Relatório final**

### **Pré - Iniciação Científica**

#### **PROJETO**

Olhar direto de saberes: Mapeamento dos ODSs locais na região do Butantã parte II

#### **PERÍODO**

09/2020 a 09/2021

#### **EQUIPE**

Professora responsável: Gisele da Silva Craveiro (EACH - USP)

Professora supervisora na escola: Silvia da Silva Craveiro (ETEC CEPAM)

Professora colaboradora: Lilia Sumiya Asuca (UFRN)

Estudantes bolsistas CNPQ (USP): Cinthya Silva Lima, Isabela Santos Bispo, Juliana Sanay Duarte Kuabara.(ETEC CEPAM)

Estudantes bolsistas APM (ETEC CEPAM): Bianca Santos da Costa, Fabiane Arcanjo, Guilherme Henrique de Andrade Leme, Kamilla Bianca Amaral e Silva, Thainá Teixeira Silva Cavani, Rafaella Vitori Arruda Gualberto Cardoso.

Estudantes voluntárias: Isabella Larocca Candido da Silva, Marinalva Coelho de Sousa Senhora (ETEC CEPAM), Davi Gabriel Lourenço da Silva (Colégio São Luís)

# SUMÁRIO

|                                                                                                      |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                    | <b>3</b>  |
| <b>1. A AGENDA 2030 DA ONU E O ODS 4</b>                                                             | <b>5</b>  |
| <b>2. ODS 4 NO BRASIL: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</b>                         | <b>9</b>  |
| <b>3. FATORES RELEVANTES PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>           | <b>14</b> |
| 3.1 Prática por projetos, Parcerias e Atividades complementares                                      | 15        |
| 3.2 Respeito ao tempo escolar e Foco no processo de aprendizagem                                     | 16        |
| 3.2.1 Infraestrutura, Planejamento                                                                   | 16        |
| 3.2.2 Perfil e papel da direção escolar                                                              | 17        |
| 3.2.3 Plano de carreira, cargos e salários                                                           | 17        |
| <b>4. O RELATÓRIO DE LOCALIZAÇÃO DOS ODS NA CIDADE DE SÃO PAULO</b>                                  | <b>18</b> |
| <b>5. A 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE SÃO PAULO</b>                                       | <b>21</b> |
| <b>6. RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL DA AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BRASIL</b>      | <b>24</b> |
| 6.1. IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil – 2020 | 24        |
| 6.2. IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil – 2021 | 25        |
| <b>7. METODOLOGIA</b>                                                                                | <b>27</b> |
| 7.1 Análise dos Relatórios das Reuniões                                                              | 27        |
| 7.2 Construção do Formulário                                                                         | 28        |
| 7.3 Análise do Formulário                                                                            | 29        |
| <b>8. ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS</b>                                                                  | <b>31</b> |
| <b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                                       | <b>36</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>                                                                    | <b>39</b> |

## INTRODUÇÃO

O projeto “Olhar direto dos saberes: mapeamento dos ODSs locais na região do Butantã” visa mapear iniciativas locais relacionadas à Agenda 2030 da ONU – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) na região do Butantã, tendo em vista que a consolidação de uma Agenda 2030 na escala regional passa por reconhecer e dar visibilidade a iniciativas locais. Além disso, o projeto visa contribuir com a ampliação do debate sobre os ODSs na Universidade de São Paulo e Etec Cepam buscando trazer luz ao tema e sobre metodologias pedagógicas que o abordam em escolas de nível fundamental, médio e técnico.

A pesquisa foi desenvolvida na região da Prefeitura Regional do Butantã, zona oeste da cidade de São Paulo, região de grandes contrastes sociais e econômicos onde se encontram mais de 80 comunidades periféricas. Dentre os objetivos específicos do projeto destacam-se: promover a integração das atividades universitárias, de ensino, pesquisa e extensão com escolas, jovens e organizações do entorno da USP; dar visibilidade às ações e boas práticas na região, constituindo um banco de experiências de tecnologias sociais da Agenda 2030 que possa ser fomentado e debatido ao longo da década 2020-2030; inspirar ações a partir da universidade, da escola e da sociedade que estejam em sintonia com a agenda 2030 da ONU.

Este projeto representa a continuidade do projeto em andamento no período 2019-2020, que realizou pesquisa bibliográfica sobre ODSs e levantamento da experiência na Etec Cepam. Nesta segunda etapa, a pesquisa foca-se na análise do ODS 4 - Educação de qualidade e visa identificar iniciativas desenvolvidas nas escolas das redes municipal e estadual da região do Butantã relacionadas a este ODS.

O objetivo geral desta segunda etapa da pesquisa foi analisar como as escolas públicas de educação básica (Ensino Fundamental ciclo II/Ensino Médio) da região do Butantã enxergam sua contribuição com a Agenda 2030 da ONU, a partir das ações que desenvolvem. Como objetivos específicos destacam-se: verificar o entendimento das escolas sobre os ODS, identificar ações inovadoras nas escolas relacionadas ao ODS e contribuir para a disseminação dos ODSs nas escolas da região.

No decorrer do primeiro semestre desta segunda etapa da pesquisa, o grupo teve contato com as resoluções da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo, realizada em novembro de 2019, em que o tema foi “Novas Perspectivas para a Juventude: Cidadania e Desenvolvimento Sustentável na cidade de São Paulo” e cujo o Texto Base correlaciona-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU (SÃO PAULO, 2019).

Dentre os 7 eixos de discussão criados para contemplar os 17 ODSs, o “Eixo II: Educação de Qualidade (ODS 4)”, estabeleceu-se como o eixo com o maior número de delegados inscritos. Após os 3 dias de realização da conferência, cujo objetivo principal era compreender e tornar parte das políticas públicas as aspirações, necessidades e demandas das diferentes juventudes existentes na Cidade de São Paulo, o Eixo II apresentou 12 diretrizes para a formulação de políticas públicas, e propôs que as diretrizes 1,3,4 e 9 fossem priorizadas.

Este relatório apresenta os levantamentos bibliográficos realizados na primeira etapa da pesquisa, com destaque para o ODS 4, educação de qualidade, fatores que contribuem para uma educação de qualidade e as propostas da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo relacionadas ao ODS 4. Além disso, apresenta principalmente a análise e resultados de como as escolas públicas de educação básica enxergam sua contribuição com a Agenda 2030 da ONU, a partir das ações que desenvolvem. Para tanto, delimitamos o foco nas práticas das escolas de ensino fundamental dos anos finais e ensino médio, localizadas na região do Butantã.

Com a definição dos eixos analíticos e elaboração do instrumento de pesquisa para coleta de dados, criamos um questionário virtual, utilizando-se o google forms, a fim de verificar o entendimento das escolas sobre o ODS - 4 e identificar possíveis ações inovadoras nas escolas que se relacionam com as metas do ODS. Sendo encaminhado no início do mês de maio de 2021 para as 53 escolas das regiões do subdistrito do Butantã/SP.

Os resultados dos questionários mostram que embora as escolas desenvolvam ações relacionadas ao ODS 4, não enxergam que estejam contribuindo para essa agenda, o conhecimento sobre o que este objetivo estabelece ainda permanece desconhecido por grande parte de professores e estudantes. Contatou-se também, ao comparar as ações desenvolvidas para a promoção do ODS 4 entre escolas de diferentes redes (Etecs, rede municipal e rede estadual vinculada à secretaria de educação), que a Escola de Aplicação da USP e as Etecs desenvolvem mais ações, do que as Escolas municipais, que desenvolvem mais ações que as Escolas estaduais vinculadas à secretaria da educação.

## **1. A AGENDA 2030 DA ONU E O ODS 4**

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) é o resultado do documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20. Dispondo que o desenvolvimento de objetivos e metas, tal qual aplicado em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, seria dado como indicação para a busca do desenvolvimento sustentável, por meio de ações focadas e coerentes.

Após mais de três anos de discussão, os líderes de governo e de estado aprovaram, por consenso, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Buscando fortalecer a paz universal com mais liberdade, reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável. As ações da Agenda 2030 e dos ODS são baseadas em cinco eixos de atuação, também conhecidos como os cinco "Ps": Planeta, Pessoas, Paz, Prosperidade e Parcerias.

Decidiram estabelecer um processo intergovernamental inclusivo e transparente que fosse aberto a todos, com vistas a elaborar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Agenda consiste em uma Declaração, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas, uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, inclusive o acompanhamento e revisão.

O conjunto de objetivos e metas demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira a completar o trabalho deles e responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, combinando de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Aprovados na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, a implementação dos ODS é um desafio, sendo necessário a parceria global com a participação ativa de todos, incluindo governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia, e Nações Unidas.

Foi acordado entre 193 países, os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

1. Erradicação da pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Fome zero e agricultura sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Saúde e bem-estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Educação de qualidade: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Igualdade de gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água limpa e saneamento: Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
7. Energia limpa e acessível: Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
8. Trabalho decente e crescimento econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9. Inovação infraestrutura: Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
10. Redução das desigualdades: Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
11. Cidades e comunidades sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e produção responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

13. Ação contra a mudança global do clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

14. Vida na água: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

15. Vida terrestre: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.

16. Paz, justiça e instituições eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17. Parcerias e meios de implementação: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Nosso projeto possui um enfoque maior na ODS número 4, educação de qualidade, que visa assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Dentro do ODS 4 foram estipuladas 10 metas a serem alcançadas, a seguir uma breve descrição de cada uma delas (AGENDA 2030, [S.D.]):

#### Meta 4.1

Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

#### Meta 4.2

Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

#### Meta 4.3

Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidades.

#### Meta 4.4

Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

#### Meta 4.5

Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

#### Meta 4.6

Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

#### Meta 4.7

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

#### Meta 4.a

Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos

#### Meta 4.b

Até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países

africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

#### Meta 4.c

Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

A promoção ao acesso universal à educação básica para todas as crianças ao redor do mundo é observada desde o ano de 2000. Por outro lado, é importante salientar que o ODS 4 visa alcançar além desta universalização, tendo importantes pontos na inclusão igualitária concisos nos princípios dos direitos humanos, promovendo a capacitação e empoderamento dos indivíduos ampliando as oportunidades para um desenvolvimento social e econômico das pessoas vulneráveis.

## **2. ODS 4 NO BRASIL: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

Encontramos em Libâneo (2012) um estudo que analisa a evolução da educação no Brasil desde os anos de 1990, onde verifica o dualismo perverso entre as escolas disponíveis para os pobres e para os ricos, por reproduzir e manter desigualdades sociais, no contexto das políticas neoliberais.

Trata-se, por um lado, de uma escola que visa à formação cultural e científica, isto é, ao domínio do saber sistematizado, mediante o qual se promove o desenvolvimento de capacidades intelectuais, como condição de assegurar o direito à semelhança, à igualdade. Por outro, é preciso considerar que essa função primordial da escola – a formação cultural e científica – destina-se a sujeitos diferentes, já que a diferença não é uma excepcionalidade da pessoa humana, mas condição concreta do ser humano e das situações educativas. Compreende-se, pois, que não há justiça social sem conhecimento; não há cidadania se os alunos não aprenderem (LIBÂNEO, 2012, p. 26).

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), são as ferramentas chaves para alcançar o ODS 4. Estabelecem as

diretrizes e a política educacional da educação no Brasil, com vigência até 2024, sendo um documento de referência para as políticas da educação.

Nele constam 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias, específicas e integradoras, sendo base para que os Estados e Municípios elaborem os Planos Estaduais de Educação (PEE) e Planos Municipais de Educação (PME), para vigência de uma década.

O Ministério da Educação (MEC) deve monitorar sua construção, aprovar e efetivar suas metas e estratégias, visando a busca da qualidade na educação. Tendo os indicadores educacionais como fonte para acompanhar o cumprimento das metas do PNE, do PEE e do PME.

Pontos relevantes observados pelo IPEA (2019) a serem reavaliados para êxito na Agenda 2030:

1. A promoção da educação de jovens e adultos;
2. A implementação de ações educativas no sistema penitenciário brasileiro;
3. A reformulação da formação de professores para atender a um público específico e residual;
4. Criação de novos indicadores e monitoramentos confiáveis para garantir a educação inclusiva;
5. Observar que parcerias entre instituições de ensino superior e escolas públicas, favorecem na formação continuada de seus profissionais da área de educação e auxilia nas ações pedagógicas para criações de projetos de desenvolvimento de estratégias educativas inovadoras.

O objetivo do nosso trabalho de Pré-IC, focado no ODS 4, é observar como está sendo discutido e aplicado os mecanismos educacionais que visem dinamizar as políticas de inclusão e qualidade educacional. Foram elencados diversos materiais referentes aos ODS, e sobretudo, ao que tange de fato nossa ordem de pesquisa, como já dito anteriormente, o ODS 4.

Dentre os inúmeros artigos científicos, textos e vídeos acessados, nos saltou atenção específica o “Cadernos ODS” produzido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Com auxílio do “Cadernos ODS” seguimos uma linha de análise e compreensão, passo a passo, de acordo com as 11 propostas da ONU (Organização das Nações Unidas) para a educação de qualidade. Pudemos acompanhar o desempenho do Brasil frente a demanda mundial estipulada para superação dos obstáculos, o alcance dos objetivos humanizantes e

universais de educação. Foi positiva a constatação de que o Brasil já tinha em sua agenda nacional o Plano Nacional de Educação (PNE) que já articula 70% das políticas que a ONU, junto aos 193 países, estipularam como tópicos imprescindíveis aos seus objetivos de desenvolvimento sustentável.

No caso brasileiro, quase todas as metas dos ODS4 foram previstas por ações de governo que estão em curso nos âmbitos federal, estadual e municipal. O principal instrumento de apoio ao ODS4 é o Plano Nacional de Educação (PNE), de caráter decenal por força constitucional, estando em vigência desde 2014, em sua versão mais atual. O PNE representa o principal instrumento para estabelecer diretrizes às políticas públicas educacionais brasileiras. Ele possui uma vinculação de recursos para seu custeio, com prevalência sobre os Planos Plurianuais (PPA), e, também, por força de lei, cumpre a função de articular o Sistema Nacional de Educação (SNE). O IPEA fornece os tópicos da ONU e do Brasil para que seja possível perceber suas similitudes e também algumas significativas mudanças, numa perspectiva ampliada, nos tópicos da ONU. Foi explicado quais as competências e políticas públicas educacionais que competem às respectivas esferas de governo Federal, Estadual e Municipal. No decorrer das contextualizações referentes aos tópicos consecutivos do ODS 4, é observado que entre 2016 e 2017, tiveram mudanças progressivas (porém ainda com pouco impacto significativo) nos dados de inclusão, qualidade e também no decréscimo em indicadores de analfabetismo, embora, também ainda não seja de impacto significativo. Uma outra questão tão cara a nossa pesquisa na descrição do "Caderno ODS" se deu pela constatação que embora tenha ocorrido uma pequena progressão nos dados qualitativos e inclusivos, entre os anos de coletas de dados do IPEA (2016 e 2017), referentes às esferas de inclusão nos respectivos níveis de educação brasileira, esses indicadores sofrem diferenciações e reduções drásticas em comparação aos percentuais de alcance de inclusão educacional na medida em que se muda o nível da competência do ensino, por exemplo: fundamental 2, ensino médio, ensino técnico e superior, há um percentual decrescente de inclusão e conclusão do ensino. Não obstante, os fatores de assimetrias na inclusão, na medida em que o mesmo vai se avançando, pode ser associada a fatores de ordem histórica, geopolítica, geoespacial, econômica e de alguma espécie de deficiência. Sobre eles, embora seja de importância crucial a abordagem e implementação de mais políticas inclusivas, nessa breve abordagem sobre o ODS quatro no Brasil, não iremos aprofundá-los (IPEA, 2019).

Para nível de análise, comparação e informações mais sucintas deixamos elencado um quadro do IPEA: Indicadores propostos para as metas do ODS 4 no Brasil por parte da ONU e do Ipea – em caráter preliminar e parcial. Nesses indicadores é possível observar as similaridades consideráveis entre os dois órgãos dispostos.

QUADRO A.1

**Indicadores propostos para as metas do ODS 4 no Brasil por parte da ONU e do Ipea – em caráter preliminar e parcial**

| Meta | ONU                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Ipea: propostas preliminares e parciais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 4.1  | 4.1.1 – Percentual de crianças e jovens: i) nas séries 2/3; ii) nos anos iniciais do ensino fundamental; e iii) nos anos finais do ensino fundamental, que alcançaram pelo menos a proficiência mínima em: i) interpretação de texto; e ii) matemática, por sexo.                                                             | 4.1.1 – a) Percentual de jovens com 16 anos que concluíram o ensino fundamental e 19 anos que concluíram o ensino médio por sexo, região, domicílio, quartil e renda familiar.<br>b) Percentual de estudantes que tenham atingido o nível de proficiência na nona série do ensino fundamental na Prova Brasil, em matemática e língua portuguesa, por sexo, região, domicílio, quartil e renda familiar. |
| 4.2  | 4.2.1 – Percentual de crianças com menos de 5 anos de idade que estão com o desenvolvimento adequado em saúde, aprendizado e bem-estar psicossocial, por sexo.<br>4.2.2 – Taxa de participação em aprendizado organizado (um ano antes da idade de entrada oficial no ensino primário), por sexo.                             | 4.2.1 – a) Percentual de crianças com 4 e 5 anos de idade que frequentam a pré-escola por sexo, região, domicílio, quartil e renda familiar.<br>b) Taxas de frequência na creche (0 a 3 anos) e na pré-escola (4 a 5 anos) por sexo, região, domicílio, quartil e renda familiar.                                                                                                                        |
| 4.3  | 4.3.1 – Taxa de participação de jovens e adultos na educação e treinamento formal e não formal nos doze meses anteriores, por sexo.                                                                                                                                                                                           | 4.3.1 – a) Proporção de jovens e adultos por sexo matriculados no ensino profissional e técnico.<br>b) Proporção de jovens e adultos por sexo matriculados no ensino superior.                                                                                                                                                                                                                           |
| 4.4  | 4.4.1 – Percentual de jovens e adultos com habilidade em tecnologia da informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade.                                                                                                                                                                                                | 4.4.1 – a) Percentual de jovens e adultos com formação profissional e técnica, por sexo e faixas etárias.<br>b) Percentual de jovens e adultos com formação de nível superior, por sexo e faixas etárias.                                                                                                                                                                                                |
| 4.5  | 4.5.1 – Índices de paridade (feminino/masculino, rural/urbano, quintil de riqueza inferior/superior e outros, tais como tipo de deficiência, povos indígenas e população afetada por conflitos, à medida que os dados se tornarem disponíveis) para todos os indicadores educacionais desta lista que podem ser desagregados. | 4.5.1 – Indicadores em aberto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 4.6  | 4.6.1 – Percentual da população de uma determinada faixa etária atingindo pelo menos um nível fixo de proficiência em: i) alfabetização; e ii) competência numérica funcional, por sexo.                                                                                                                                      | 4.6.1 – a) Percentual de alfabetização da população de 15 anos ou mais, por sexo.<br>b) Percentual de alfabetização nas faixas etárias de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos, por sexo.<br>c) Percentual dos estudantes do ensino médio com conhecimento básico em matemática, por sexo.                                                                                                                     |
| 4.7  | 4.7.1 – Medida em que: i) a educação para a cidadania global e ii) a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo igualdade de gênero e direitos humanos, são incorporadas em todos os níveis em: i) políticas nacionais de educação; ii) currículos; iii) educação de professores; e iv) avaliação dos alunos.     | 4.7.1 – Medida em que: i) a educação para a cidadania global; e ii) a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo igualdade de gênero e direitos humanos, são incorporadas em todos os níveis em: i) políticas nacionais de educação; ii) currículos; iii) educação de professores; e iv) avaliação dos alunos (em aberto).                                                                   |

| Meta | ONU                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Ipea: propostas preliminares e parciais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 4.a  | 4.a.1 – Percentual de escolas com acesso a: i) eletricidade; ii) internet para fins pedagógicos; iii) computadores para fins pedagógicos; iv) infraestrutura e materiais adaptados para estudantes com deficiência; v) água potável; vi) instalações sanitárias para cada sexo; e vii) instalações básicas para lavagem das mãos – de acordo com as definições do indicador Wash. | 4.a.1 – Percentual de escolas com acesso a: i) eletricidade; ii) internet para fins pedagógicos; iii) computadores para fins pedagógicos; iv) infraestrutura e materiais adaptados para estudantes com deficiência; v) água potável; vi) instalações sanitárias para cada sexo; e vii) instalações básicas para lavagem das mãos – de acordo com as definições do indicador Wash.                                                                |
| 4.b  | 4.b.1 – Volume de fluxos de assistência oficial ao desenvolvimento para bolsas de estudo, por setor e tipo de estudo.                                                                                                                                                                                                                                                             | 4.b.1 – Volume de fluxos de assistência oficial ao desenvolvimento para bolsas de estudo, por setor e tipo de estudo (em aberto).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| 4.c  | 4.c.1 – Percentual de professores em: i) pré-primário; ii) primário; iii) ensino secundário inferior; e iv) ensino secundário superior, que tenham recebido, pelo menos, a formação mínima de professores – por exemplo, formação pedagógica –, antes do serviço ou em serviço, necessária para o ensino no nível relevante num determinado país.                                 | 4.c.1 – a) Proporção de professores com pelo menos a formação em ensino médio que atuam em creches.<br>b) Proporção de professores com formação em nível superior que atuam na pré-escola.<br>c) Proporção de professores com formação em licenciatura que atuam no ensino fundamental.<br>d) Proporção de professores com formação em licenciatura que atuam no ensino médio.<br>e) Proporção de professores do ensino médio com pós-graduação. |

Destacamos a relação de instituições de ensino que concernem a diferentes níveis da Educação Brasileira e que junto às propostas e objetivos estipulados pelos governos Federal, Estadual e Municipal, e conjuntamente com os objetivos do ODS 4, têm auxiliado as políticas de educação de qualidade.

- **Programa Brasil Alfabetizado:** Promove a superação do analfabetismo entre jovens a partir de 15 anos, adultos e idosos. Desde a sua criação, já atingiu mais de 4 mil municípios e 16 milhões de matrículas. O MEC presta assistência técnica e financeira aos estados e municípios que aderiram ao programa.
- **Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem):** Foca nas pessoas entre 18 e 29 anos que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental. O programa possui duas vertentes: urbano e campo. Este último é destinado a atender jovens agricultores e familiares.
- **Prolind:** Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas, é destinado a apoiar a realização de cursos específicos para a formação de professores indígenas, com respeito ao ensino da língua materna, bem como gestão e sustentabilidade das terras e culturas indígenas. Um dos principais objetivos é fazer com que toda a educação básica seja ampliada nas próprias aldeias, evitando que essas populações necessitem sair de suas comunidades para estudar.
- **Proinfância:** O Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil cuida de assegurar a transferência de recursos financeiros do governo federal para os

municípios e o Distrito Federal para a manutenção de novos estabelecimentos públicos da educação infantil.

- **Prouni:** Programa Universidade para Todos, é um programa do Ministério da Educação (MEC) que oferece bolsas de estudos em instituições privadas de ensino em todo o Brasil. As bolsas podem ser integrais (100%) ou parciais (50%) e são uma forma de incentivar o acesso ao ensino superior para pessoas de baixa renda.
- **Fies:** O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior é um programa do Ministério da Educação do Brasil, criado em 1999, destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas.
- **Reuni:** O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais é um programa instituído pelo Governo Federal do Brasil.

### **3. FATORES RELEVANTES PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

É relevante salientar a importância da educação básica, pois é a partir dela que podemos ter uma boa estrutura educacional no nosso país. Aqui estão alguns fatores para ajudar a melhorar a educação básica municipal, disponíveis na página da Prattein, de acordo com o estudo “*Redes de aprendizagem - Boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender*”, de 2007, coordenado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, Ministério da Educação - MEC e União Nacional dos Dirigentes de Educação - UNDIME.

**Acesso à Educação Infantil:** A educação infantil é a primeira formação acadêmica de uma criança, considerada de 0 a 6 anos. Quando a criança começa a frequentar o ambiente escolar, ela tem seu primeiro convívio social fora de casa, com pessoas que não são tão familiares para ela. Apenas esse fato já mostra que a primeira educação é de extrema importância para o exercício da cidadania e vivência em sociedade. Por isso, engana-se quem pensa que escola para crianças é brincadeira, e que investir nisso é desperdício. Nossas crianças precisam ter o seu potencial de aprendizado incentivado desde cedo, conhecendo os livros o que acelera o processo de alfabetização.

A fase de latência (7 a 12 anos) período este correspondente aos anos escolares, quando a criança estará voltada para a aquisição de habilidades, valores entre outros. Também considerada importantíssima para educação infantil.

Porém, apesar de todos esses aspectos levantados da grande importância da educação

infantil, a UNICEF levantou em 2019 que 1,5 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos estão fora da escola, impedidos de ter acesso a ela. Desta forma, é de suma importância que olhemos para todos os problemas de acesso à educação infantil do nosso país, considerando a sua alta relevância e a declaração da própria como um Direito do cidadão brasileiro.

**Interação com as famílias e a comunidade:** Em relação à interação com as famílias e a comunidade, encontramos indicação de que há uma pequena participação dos pais e responsáveis pelos alunos nas escolas em diversos estudos como em Oliveira e Artigas (2017) e também Matsui (2006). A avaliação Saresp 2018, revelou que apesar de haver uma maior participação dos pais e responsáveis nos anos iniciais do ensino fundamental, há uma diminuição gradativa dessa participação conforme vai se avançando os ciclos da educação básica (FDE, 2019, p.23).

Quando professores, coordenadores pedagógicos, direção e equipe escolar aprofundam seu conhecimento sobre as famílias dos alunos, sobre os próprios alunos e sobre o contexto em que eles estão inseridos, há uma expressiva melhora na comunicação, na relação e na integração entre esses diferentes segmentos e, também, melhor adequação didático-pedagógica no processo de ensino e aprendizagem (ANTUNES, 2016, p. 99).

Estes estudos convergem ainda para o entendimento de que a participação dos pais e responsáveis pelos alunos na escola, pode influenciar positivamente no desempenho escolar do aluno, como podemos verificar em Antunes (2016), Matsui (2006), Fleury (2017, p. 30), bem como no Relatório de Resultados em Educação desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo (2017, p.15).

### **3.1 Prática por projetos, Parcerias e Atividades complementares**

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), atividades complementares são uma das diretrizes a serem implementadas para que os jovens tenham melhor desempenho nos estudos, redução da violência nas áreas carentes, desenvolvimento e valorização pessoal, artística, esportiva e ética dos alunos. Horizontina (RS) é um dos exemplos de como os projetos integrados podem alavancar o ensino e trazer ótimos resultados nas próprias atividades. O time de vôlei feminino da Escola Municipal Espírito Santo já viajou em competições para Brasília e Buenos Aires. Não obstante, os resultados reverberam também na comunidade, a diretora da Escola Municipal Bela União, que tem

contato com as áreas mais carentes, afirmou que, com o programa, as crianças passaram a ser mais bem aceitas em outras comunidades, uma vez que os times são formados por alunos de todo o município. Os familiares referem-se de forma positiva ao programa e os participantes afirmam que puderam aprender diversas coisas, dentre elas, o trabalho em equipe (Relatório “Redes de aprendizagem Boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender”, 2007, p. 64).

As Secretarias Municipais de Educação podem carregar o papel fundamental de realizar a ponte dessas parcerias com as escolas, podendo ser entre empresas privadas, ONG’S ou até mesmo mobilizar projetos de políticas públicas com órgãos estatais e programas públicos. Tais ações conseguem promover a redução nos índices de evasão e violência, diminuição na indisciplina, aumento das taxas de aprovação e da participação das famílias.

### **3.2 Respeito ao tempo escolar e Foco no processo de aprendizagem**

Muitos estudos demonstram os pontos positivos em escolas que investem em uma pedagogia qualificada que funciona através de um plano que acompanha a evolução nas aprendizagens, tanto no aspecto em grupo, quanto no acompanhamento individual considerando as condições familiares e consequentemente o ambiente social onde o aluno está inserido. Como aponta o estudo de Faria e De Meireles Guimarães (2015):

Segundo relatos analisados no estudo qualitativo as escolas Excelência com equidade estão investindo na garantia de um bom clima escolar, assim como procuram manter uma boa relação com a comunidade de seu entorno. [ ] Contam com uma gestão escolar focada na aprendizagem dos alunos e se apropriam dos recursos e das condições escolares em favor do ensino (FARIA; DE MEIRELES GUIMARÃES, 2015, p 213).

Dessa forma, garante-se o cumprimento do currículo estabelecido tendo uma maior eficiência quando existe uma avaliação positiva entre os diretores, coordenados e professoras, considerando a liderança escolar e a apropriação dos recursos estruturais e condições escolares.

#### **3.2.1 Infraestrutura, Planejamento**

O espaço utilizado para a realização de atividades educacionais frequentemente são sucateados e pouco levados em consideração quando pautamos educação de qualidade,

porque a relação entre ambiente e estudos é pouco explorada na maioria das escolas públicas. Entretanto, a importância de uma infraestrutura agradável com acessibilidade e recursos básicos é inegável quando comparamos o desempenho de alunos de escolas que priorizam áreas de esporte, lazer, alimentação e dinamização dos estudos com escolas que possuem infraestrutura inferior que possua somente o básico de acomodação. O planejamento atua diretamente no desempenho dos alunos, construindo uma comunidade escolar dinâmica e eficiente em suas atividades e plano pedagógico. Conciliando os dois elementos, uma infraestrutura com um planejamento dinamicamente organizado, podemos observar a melhoria de desempenho de toda comunidade escolar em seus estudos e trabalhos pedagógicos, além de estimular a criatividade, promover a socialização e tornar o espaço escolar um ambiente acessível e inclusivo para todos da comunidade.

### **3.2.2 Perfil e papel da direção escolar**

A Direção escolar, dentro de uma dinâmica social democrática, tem como seu pilar a articulação dos participantes da rede escolar, professores, profissionais de outros setores, pais, alunos e comunidade com a finalidade de compor um órgão coletivo de decisões que respalde ações no interior da instituição junto aos demais. Também e não menos importante, seguindo o perfil estabelecido pela Constituição Federal de 1988, a direção escolar deve comprometer-se com a agenda política pedagógica estabelecida pelos princípios:

Para pensarmos sobre a atuação do diretor, diante das exigências do mundo contemporâneo, impõe-se uma reflexão sobre o movimento pela qualidade da educação entendendo o movimento da gestão como um conjunto de ações desenvolvidas principalmente no interior da escola que aponte para as exigências de um “modelo” educacional satisfatório, pelo menos nos termos da lei e das relações entre instituição escolar e sociedade. (FERREIRA; SOUZA, 2009, p. 11)

### **3.2.3 Plano de carreira, cargos e salários**

Em um ramo como a educação é de extrema importância manter um quadro de educadores estável. Portanto, estruturar um plano de carreira é essencial, esse plano deve ter uma combinação entre incentivo à formação continuada do professor e equiparação salarial à sua qualificação.

Uma das essências de uma escola harmoniosa é o vínculo que os professores criam com os alunos. Esse é um fator importante que favorece, inclusive, o desempenho dos estudantes. Por isso, uma forma de valorizar seus talentos e manter a motivação dos professores é criar um plano de carreira atraente e que, de fato, possibilite o crescimento profissional. É importante que seja garantido: Divisão de jornada, políticas de progressão salarial, possibilidades de ascensão para outros cargos, abrir espaço para os professores nas decisões da instituição etc.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apenas 51% dos estudantes que ingressam em faculdades de pedagogia e licenciatura concluíram o curso. Desses, apenas 27% têm interesse em atuar na sala de aula. Esses dados mostram que há uma grande falha no sistema educacional brasileiro, e que, portanto, acarreta na falta de interesse e motivação dos cidadãos na formação em pedagogia.

Para incentivar a formação de novos professores, o MEC lançou projetos e realizou investimentos. Porém, as instituições de ensino devem aliar essas políticas com um ótimo plano de carreira, como forma de garantir motivação dos novos e antigos professores.

#### **4. O RELATÓRIO DE LOCALIZAÇÃO DOS ODS NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Desde o ano de 2015, o município de São Paulo participa do Pacto Global de prefeitos pelo Clima e Energia, que tem como principal papel o compromisso de combater ativamente as mudanças climáticas, designado de ICLEI, Governos Locais para a Sustentabilidade. Através de projetos vem construindo o desenvolvimento sustentável, com foco em ações integradas através de diferentes eixos. Tendo como tema primordial a redução das desigualdades, o combate à fome e a preservação do meio ambiente em conjunto com a segurança alimentar.

Através da Portaria 90/SVMA – G/2015, de 05 de dezembro de 2015, o CADES (Conselho Regionais de Meio Ambiente, criado em 2009), ficou responsável pela implementação da “Agenda 21 Local”, atuando junto às subprefeituras Regional passou a adotar os ODS como diretriz de suas ações.

A Agenda 2030 fica ratificada como parâmetro nas políticas públicas da cidade com a lei municipal nº 16.817 de 2 de fevereiro de 2018, instituindo desta forma o Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas”.

A partir de maio de 2016, a cidade de São Paulo adere também ao Programa Cidades Sustentáveis, projeto este que inclui 260 indicadores relacionando diversas áreas da administração pública e um painel de monitoramento, podendo comparar os dados entre as cidades, através da Plataforma Cidades Sustentáveis. comprometeu-se a compartilhar informações a respeito de suas políticas públicas relacionadas à promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SÃO PAULO, 2020).

No intuito de divulgar as implementações das políticas públicas voltadas à Agenda 2030, a Prefeitura publicou o Relatório de localização dos ODS na cidade de São Paulo em maio de 2020.

As principais informações acerca dos dados fornecidos no relatório relacionados às ODS, mas sobretudo a implementação da ODS 4, destacamos a seguir:

- Vinculação dos indicadores municipais na plataforma OBSERVASAMPA com as metas da Agenda 2030, onde reúne indicadores capazes de medir a qualidade de vida dos paulistanos, o acesso a equipamentos públicos, assim como indicadores de desempenho da Prefeitura de São Paulo (PMSP);
- UMAPAZ, Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz, enquanto órgão gestor da Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo, para promoção e assegurar a difusão da educação ambiental da cidade;
- Criação de um novo currículo do Ensino Fundamental, publicado em dezembro de 2017, incluindo a Agenda 2030, relacionando seus objetivos de aprendizagem a cada um dos 17 ODS. Sendo desenvolvido a partir dos conhecimentos produzidos e das práticas realizadas pelas professoras e professores da Rede Municipal de Ensino;
- Programa Agentes de Governo Aberto, com objetivo de realizar formação e certificação gratuita à população nas áreas de abrangência das 32 Subprefeituras, nos eixos de Governo Aberto: Transparência, Inovação, Participação Social e Integridade (Accountability);
- Projeto “Modelo de Simulação das Nações Unidas para o Ensino Médio” (MONUEM), realizado na rede municipal de ensino de São Paulo durante o segundo semestre de 2019;
- Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA), que tem o objetivo de apontar ações prioritárias e áreas para a conservação, manejo, fiscalização e

recuperação da vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica, baseando-se no mapeamento de remanescentes existentes na cidade de São Paulo.

- Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, tendo o objetivo de buscar o entrelaçamento das diversas políticas públicas existentes que tratam deste tema;
- Programa Ligue os Pontos, que tem o intuito de promover o desenvolvimento sustentável do território rural e aprimorar suas relações com o meio urbano, a partir dos diversos pontos envolvidos na Cadeia da Agricultura;
- Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE), para realização de ações que promovam o desenvolvimento econômico sustentável, inclusivo e competitivo do município, visando o crescimento econômico que gere emprego e renda, mitigando as desigualdades sociais;
- Programa Teia, iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, tendo como objetivo oferecer uma rede de coworkings públicos para empreendedores, para que tenham espaços de trabalho que possa ser compartilhado, com infraestrutura para o desenvolvimento de projetos;
- Programa Mais Mulheres, com o intuito de desenvolver as competências socioemocionais e empreendedoras, por meio do empoderamento feminino de mulheres de regiões de maior vulnerabilidade social da cidade de São Paulo;
- Rede FAB LAB LIVRE SP, para promoção da inclusão digital através da democratização do acesso e da capacitação dos cidadãos nas tecnologias de fabricação digital;
- Núcleos de Prevenção a Violência (NPV), com o intuito de formular ações de assistência, prevenção e promoção de saúde no nível local, no sentido de estabelecer o cuidado integral às pessoas em situação de violência;
- Plano Municipal pela Primeira Infância, criando o “Cardápio Escolar Sustentável”, projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME) por meio da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE), para contribuir com a redução dos impactos da ação humana ao clima planetário, pensando na transformação através da educação alimentar;
- Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI), nas aldeias Tekoa Pyau (Jaraguá), Krukutu e Tenonde Porã (Parelheiros);

- Programa Embaixadores da Juventude, com intuito de promover encontro de participantes com variados perfis sociais, econômicos, acadêmicos, religiosos, étnicos, de orientação sexual e de identidade de gênero, com o objetivo de inserir como protagonistas e agentes de mudança para que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU sejam alcançados;
- Programa Transcidadania que promove a reintegração social e o resgate da cidadania para travestis, mulheres transexuais e homens trans em situação de vulnerabilidade;
- Programa São Paulo Amigo do Idoso e o Selo Amigo do Idoso, tendo como intuito a promoção de amplo processo de mobilização regional, de diversos setores governamentais e da sociedade, para desenvolver territórios amigáveis a todas as idades, de acordo com os paradigmas da Organização Mundial da Saúde (OMS) do Envelhecimento Ativo;
- Telecentros, vinculado a política de inclusão digital, tendo um papel estratégico na relação com a comunidade, oferecendo cursos de qualificação, monitoria e auxílio na produção de currículos e vagas de emprego;
- Programa São Paulo Capital da Cultura, integrando ao calendário cultural da cidade, buscando a valorização da memória, ocupação cultural da cidade, difusão literária;
- Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB), com o objetivo de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura;
- Projeto “Virando o Jogo”, iniciativa da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e parceiros intersecretariais, para atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, oferecendo acesso às atividades físicas e esportes.

## **5. A 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE SÃO PAULO**

As Conferências da Juventude possibilitam a oportunidade de participação ativa dos jovens nos debates para novas formulações de políticas públicas, planos e programas entre as 3 esferas (municipal, estadual e nacional). Através da Lei nº 12.852 de 05/08/2013, tem sua competência através do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

Entre os dias 1, 2 e 3 de novembro de 2019, foi realizada no município de São Paulo, a 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo, tendo como tema “Novas Perspectiva

para a Juventude: Cidadania e Desenvolvimento Sustentável na cidade de São Paulo”, sobre a coordenação de Políticas para a Juventude - CPJ, através da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC (SÃO PAULO, 2019).

As discussões e propostas da Conferência tiveram como parâmetro a Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas), relacionado aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dividindo-se dessa forma os grupos de discussões em 7 eixos. O ODS 4 foi evidenciado no Eixo II: Educação de Qualidade.

As seguintes propostas foram definidas especificamente para este Eixo:

1. Em todas as redes de ensino se tenha um profissional apoiador e que se tenha um material adaptado de acordo com as necessidades de cada jovem com deficiência.
2. Criação de assembleia popular das escolas com a comunidade, para dar abertura às famílias e movimentos sociais ativamente na participação, construção da educação e envolvimento da comunidade local na gestão escolar e nos projetos e programas, com liberdade de expressão garantida na legislação.
3. Incluir na legislação cotas ilimitadas para o passe livre estudantil no artigo 11 do estatuto da juventude, possibilitando o acesso à educação dentro e fora da escola, ocupando os espaços públicos da cidade e tendo acesso à cultura e à cidadania, sendo reconhecidas modalidades de ensino diversas.
4. Ampliação da verba e criação de programas no contra turno e de sustentabilidade como coleta seletiva e horta na escola que estimulem o jovem a conhecer cultura, esporte, atividades complementares em parceria com as redes públicas, reconhecendo as necessidades da efetivação e fiscalização de inclusão total das pessoas com deficiência.
5. Priorizar e garantir vaga na unidade de ensino pública mais próxima a residência do aluno, e fiscalizar que não exista superlotação em sala de aula.
6. Redução da carga horária máxima para jovens aprendizes, estagiários e trabalhadores sem a redução do salário, conciliando as férias do jovem trabalhador junto às férias escolares.
7. Inclusão de materiais didáticos que tratam das questões LGBTQI+, étnico raciais, e de gênero que incluam as questões previstas nos currículos existentes.

8. Criação de uma categoria especializada em segurança comunitária escolar preventiva.
9. Valorização dos profissionais da educação com aumento salarial, e promover a formação ampla e continuada dos educadores, da equipe gestora e dos funcionários públicos para temas como: gênero, sexualidade, diversidades socioculturais, saúde mental, sustentabilidades e o ensino da história da África (10.639).
10. Atendimento de psicólogos e assistentes sociais em unidades escolares.
11. Garantia de fiscalização da distribuição e acesso irrestrito e gratuito a uma merenda nutritiva de qualidade para as instituições públicas de ensino tanto na educação básica como na profissionalizante, preferencialmente providas da agricultura familiar local.
12. Criação de campanhas nas escolas de ensino básico e ensino superior ligado à sexualidade, gênero e gravidez na juventude pautando a prevenção de violência sexual infantil, juvenil e os riscos de contaminação de IST's e HIV.

Além disso, o eixo apresentou 3 moções consideradas pelos delegados como necessárias para a melhorar a educação:

- Referente à eleição do conselho estadual da juventude, que é garantida na lei 12.852/2013 no artigo 4º do estatuto da juventude, é necessário que seja feito com urgência as eleições dos conselheiros estaduais, tendo em vista que a não realização dessas eleições é uma forma de afastar a participação da sociedade civil, e isso fere diretamente a democracia.
- A proposta do governo estadual de realizar a conferência estadual de juventude a distância, de modo virtual, deve ser negada e manter a conferência de forma presencial, garantindo a estrutura e a participação das juventudes, tendo em vista que ao fazer a distância os(as) jovens encontrariam dificuldades para participar, pois os equipamentos públicos não suportariam a demanda, e estão sujeitas a fraude, haja visto que até o momento o Estado não assegura meios de produção aos mecanismos que serão utilizados, excluindo assim a presença desses jovens e prejudicando o objetivo da conferência.

- Referente à venda de terrenos de escolas da rede pública em São Paulo, é necessária a ampliação de novos espaços para a construção de mais instituições de ensino da rede pública, e coibir a venda de espaços já existentes, como aconteceu no caso da PL 661/2018.

Desta forma, considerando as propostas e moções dos , além dos objetivos geral e específicos citados, esta segunda etapa da pesquisa também engloba em sua análise as resoluções da 4ª Conferência Municipal de Juventude.

## **6. RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL DA AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BRASIL**

O Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030, faz parte da produção de conteúdos do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, GTSC A2030, formado em setembro de 2014 por cerca de 51 organizações não governamentais, além de movimentos sociais, fóruns, redes, universidades, fundações e federações brasileiras.

Com o intuito de atuar no Estado brasileiro buscando promover o desenvolvimento sustentável, para o combate às desigualdades e as injustiças e interdependências, envolvendo a sociedade civil nos espaços de tomada de decisão. Mantém um perfil multidisciplinar para promoção, difusão, monitoramento da implementação dos ODS e da Agenda 2030 tanto no aspecto local, quanto nacionalmente e internacionalmente.

### **6.1. IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil - 2020**

Os principais dados mencionados no Relatório Luz edição 2020, com referência a ODS 4, como a extinção da comissão nacional de desenvolvimento sustentável e tantos outros órgãos colegiados de participação de cidadãos, sobretudo a revogação do Decreto 8.243/2014 a respeito da instituição da Política Nacional de Participação Social (PNPS), pelo atual presidente Jair Bolsonaro, agrava a participação para o debate público na implementação de políticas públicas (GTSC A2030, 2020).

A precária condução do Ministério da Educação perante as políticas públicas educacionais acarretando uma maior dificuldade para o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) até o ano 2024, principal política para o alcance dessa ODS 4,

conjuntamente aos cortes orçamentários e a Emenda Constitucional 95/2016 corrobora a um horizonte de grandes perdas para o alcance das metas.

Mesmo o país tendo conquistado a universalização do ensino fundamental, cerca de 98,1% dos jovens entre 6 a 14 anos que frequentem ou tenham concluído o ciclo em 2019, ainda temos 90 mil crianças nesta mesma fase que estão fora escola, dado importante que sugere ameaça no alcance da meta 4.1.,

A meta de alfabetização, no PNE prevista para 2015 ainda não foi atingida, por outro lado percebe-se o crescimento do analfabetismo funcional, passando de 27% para 29% no período de 2012 a 2018, apontando outro retrocesso que afeta a meta 4.615.

Outra revogação importante, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), pelo Decreto 9.465, de 2 de janeiro de 2019 e a desvinculação do Comitê Nacional de EDH do MEC e absorção pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acaba por extinguir a Educação de Direitos Humanos da agenda política nacional da educação.

A inexistência de uma normalização nacional implica na qualidade e disponibilidade das instalações físicas nas escolas, dados do Censo Escolar 2019, já demonstravam que 41,2% das escolas municipais de educação infantil têm banheiro adequado à educação infantil, enquanto nas escolas particulares esse percentual chega a 85%. Quanto ao atendimento das pessoas com deficiência existem graves desigualdades, sendo atendidas apenas em 37,5% das escolas de ensino fundamental da rede municipal com instalações sanitárias adequadas; 57,1% das estaduais e 80,9% das federais. Apenas 49,9% das escolas municipais possuem algum recurso de acessibilidade, contra 95,7% nas escolas federais e 58% nas estaduais.

Quanto aos recursos destinados à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre 2015 e 2019, foram verificados perda de R\$ 9 bilhões para R\$ 4,5 bilhões.

## **6.2. IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil - 2021**

Neste relatório estão relacionados a falta de planos concessivos por parte dos governos nas três esferas, Federal, Estadual e Municipal, para conter os grandes impactos decorrentes da crise sanitária da Covid 19, sobretudo a Educação teve maior impacto. Exemplo ao Projeto de Lei 5.595/2020, que classifica a educação como serviço essencial em meio a um contínuo quadro de propagação do novo coronavírus, continuava em debate no Congresso Nacional em meados de 2020, durante a produção do Relatório 2020 (GTSC A2030, 2021).

A escolha por parte do Governo Federal em conduzir o Conselho Nacional de Educação (CNE), através de pessoas com ideologias criacionistas, fundamentalistas, defensores da privatização, coage os parâmetros educacionais, especialmente o direito à memória, à verdade e reparação no âmbito educacional e o ensino com respeito à diversidade, raça, religiosidade, territorialidade e região, ameaçando as políticas voltadas a Agenda 2030.

A realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em meio à pandemia, exemplifica um retrocesso e atraso no quesito a continuidade do ensino superior devido a abstenção recorde.

Perante a equivocada gestão financeira de transferências de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para os estados e municípios em conjunto com a implementação de políticas antidemocráticas e discriminatórias, como a militarização das escolas, a censura a docentes e a promoção da educação domiciliar, o país cria um cenário de total retrocesso e ameaça evidenciando o crescimento das dificuldades para o cumprimento das metas relacionadas a ODS 4 e sobretudo a Agenda 2030.

Quanto à infraestrutura das escolas municipais no país, deve ser um dos principais desafios para o retorno às aulas, pois 59,6% das redes ainda estavam discutindo protocolos sanitários.

Observa-se que crianças de faixas etárias em que o acesso à escola já não era mais um desafio, retrocede quanto à conquista nacional. Dos 5,1 milhões de meninas e meninos excluídos de unidades educacionais em novembro de 2020, 41% tinham de 6 a 10 anos de

idade; 27,8% tinham de 11 a 14 anos; e 31,2% tinham de 15 a 17 anos, esta faixa etária era a mais excluída antes da pandemia. Consequentemente, o número de estudantes matriculados em situação de aprendizado apresenta redução, sendo uma ameaça a meta 4.17.

Em virtude da pandemia, com a falta de aulas presenciais, grande parte dos alunos não conseguem realizar as atividades de forma remota por falta de aparelhos e acesso à internet, problema percebido sobretudo junto aos anos iniciais e anos finais. Avançam cada vez mais as desigualdades, sobretudo as regionais, de raça e classe. Os mais afetados são integrantes das populações negra, indígena e periférica, cujas residências não dispõem de acesso à internet e a principal necessidade é a fome, impedindo a dedicação aos estudos.

Diante destes dados levantados pelo GTSC A2030, a perspectiva de uma educação de qualidade no Brasil é cada vez mais distante, podendo ter grandes retrocessos a respeito de oferta da educação pública gratuita e de qualidade, quanto a promoção de pesquisas ligadas à Educação, falta de contratação de novos docentes, devido aos contingenciamentos orçamentários necessários para o enfrentamento da crise sanitária em virtude da Covid-19.

Os relatórios enfatizam de forma concisa as graves ameaças aos ODS, sobretudo as políticas públicas voltadas à Agenda 2030, tendo sofrido retrocessos e ameaças de descontinuidade. Destaca os vetos de liberação de verbas e os cortes orçamentários, no quesito de enfrentamento da pandemia, houve deficiência e em alguns casos a falta de planos para o enfrentamento da crise sanitária, afetando diretamente o desenvolvimento, promoção da educação, sobretudo a melhoria da qualidade e inclusão. Com o veto do governo federal do projeto de lei que destinaria recursos para que alunos e professores tivessem acesso à internet gratuita, PL 3.477/2020, o Relatório 2021 evidencia o retrocesso em particular da meta 4.4, que trata do aumento substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo, da qual já se encontrava difícil de ser alcançada.

## **7. METODOLOGIA**

### **7.1 Análise dos Relatórios das Reuniões**

O nosso projeto se trata da ODS 4 (Educação de qualidade) que é o objetivo que busca garantir que todas as crianças completem a educação primária e secundária gratuita e também proporcionar a formação proporcional em um custo razoável para diminuir

diferenças de gênero e riqueza e alcançar o acesso universal ao ensino superior de qualidade até 2030 que faz parte dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODSs) também. Pesquisamos sobre as condições das escolas públicas e estaduais do Butantan e também visando trazer a ampliação do debate sobre ODSs para a USP (Universidade de São Paulo) e para ETEC Cepam (escola técnica estadual de gestão pública).

A pesquisa se foca na análise da ODS 4 e busca identificar iniciativas desenvolvidas nas escolas relacionadas a este ODS. Dentre os objetivos específicos do projeto destaca-se: promover a integração de atividades universitárias de ensino, pesquisa e extensão com escolas, indivíduos e organizações do entorno da USP dando visibilidade às ações e práticas na região inspirando ações de universidades e escolas que estejam em sintonia com a agenda 2030 da ONU.

Nós realizamos um questionário, um relatório parcial e uma apresentação até o momento. O questionário teve o objetivo de saber um pouco mais sobre as escolas públicas e estaduais do Butantan, queríamos descobrir se sabiam o que era as ODSs e a ODS 4 além de querer saber como lidaram com a pandemia e sua infraestrutura precária diante da pandemia. Nós combinamos quais questões íamos colocar, fizemos uma tabela para organizar as escolas, e-mails e números de telefone respectivos, e então dividimos o nosso grupo para mandar o questionário por e-mail, após esperar uma semana ligamos para as escolas que não tinham respondido para saber se receberam o e-mail e para explicar sobre também.

Obtemos uma boa resposta, analisamos o questionário e também fizemos gráficos sobre as respostas das escolas, além de usar as pautas em reuniões para estudá-las. Apresentamos no youtube da ETEC Cepam onde todos os projetos de pré - IC (pré- iniciação científica) da escola foram apresentados, fizemos slides para apresentar e introduzir aos telespectadores o que era o projeto e também apresentamos os gráficos da nossa pesquisa.

Sobre o relatório parcial tivemos uma ótima comunicação de grupo e acredito ser satisfatório o nosso desenvolvimento sobre a pesquisa das escolas. As tarefas foram bem divididas além de conseguirmos dividir e elaborar prévias dele. O relatório parcial também foi analisado pela professora

Os nossos objetivos foram alcançados, conseguimos bastante informação sobre as escolas e conseguimos estudar bastante sobre o tema, além de ter os gráficos para

analisarmos, o relatório final. Encerra-se um ciclo da nossa pesquisa e vamos continuá-la, para este relatório foi usado todo o nosso trabalho de um ano no projeto.

## **7.2 Construção do Formulário**

Depois dos nossos encontros nos quais delimitamos o tema e o público que seria interrogado e investigado, nós começamos a construção do nosso formulário, que representa uma pesquisa qualitativa já que tínhamos nossos alvos certos.

A priori, quisermos traçar o perfil das escolas analisadas, então já na primeira sessão fizemos uma área com perguntas com esse objetivo, foi questionado nesta primeira sessão: O nome da sua escola, seu ano de fundação, o cargo que a pessoa que estaria respondendo as perguntas ocupa na escola indo de Coordenador (a) pedagógico (a) a Diretor (a), a quantidade de alunos matriculados e, e a quantidade de alunos por sala de aula, por fim a quantidade de professores. Com essas questões acreditávamos que iríamos descobrir uma média de perfis das escolas que estávamos tendo contato.

Dando continuidade começamos a construção da segunda sessão que continha perguntas ligadas especificamente a estrutura física da escola, continuando a busca de um perfil comum que compartilhasse dos mesmos ou parecidos problemas. Na terceira sessão a pesquisa focou em buscar respostas sobre as ações pedagógicas já focando mais nos princípios dos ODSs como a inclusão e equidade, queríamos saber se existiam ações pedagógicas direcionadas a esse campo, e finalmente uma quarta sessão focada no ODS4.

Para que obtivéssemos as respostas das EFII e EM da região do Butantã foi feita uma pesquisa que constatou um total de 53 escolas; sendo 35 EFII; 11 EFII mais EM; 4 somente EM e 3 ETECs. Foi feita uma tabela com todos os contatos das escolas. Após esse processo começamos os contatos no dia 13/04, enviando o formulário a pedido de respostas por e-mail. Feito isso, não tivemos sucesso nos contatos por conta da suposta volta ao ensino presencial ainda na pandemia muitas escolas resolveram aderir à greve contra esse ato, então resolvemos que faríamos contato enviando os emails e ligando para as escolas, a fim de falarmos com um responsável para o preenchimento do formulário. Houve um último reenvio geral dos formulários as escolas que ainda não haviam preenchido no dia 18/05/2021. Após o esforço por respostas em um momento turbulento obtivemos 18 respostas das escolas selecionadas.

## **7.3 Análise do Formulário**

Para a análise do formulário, separamos o mesmo em seções e nos dividimos em grupos para examinar cada uma delas, seguindo a ordem da divisão do formulário. Os grupos foram: Escola e infraestrutura, ações pedagógicas e ODS 4. Como mostra o exemplo a seguir, contendo a análise da parte dois do formulário.

Utilizamos de gráficos e tabelas para organizar e exemplificar as informações coletadas, tirando uma média da quantidade de escolas que forneciam atividades extracurriculares ou curriculares voltadas para o desenvolvimento da ODS, melhor infraestrutura e quantas tinham conhecimento sobre o que era as ODS, como funciona, quais as medidas tomadas para divulgação da ODS e contribuição para o combate a evasão escolar e quais medidas estão em desenvolvimento.

Também contamos com pesquisas e artigos já publicados para utilizar como método de comparação com as respostas obtidas no formulário desenvolvido, e associar a situações do dia a dia que já foram observadas anteriormente em outras instituições.

Cada grupo analisou minuciosamente cada resposta fornecida pelas escolas para coletar o máximo de informações a respeito de suas contribuições, seja qual for, para o desenvolvimento e avanço dessa meta.

Resumo das constatações das ações pedagógicas:

- A maioria das escolas têm uma participação mediana para baixa da família do aluno, esse resultado se contrasta com as ações pedagógicas pois todas as escolas têm ações de estímulos para a participação da família do aluno em sua vida escolar.
- Sobre a situação do desenvolvimento no aprendizado, metade das escolas alegam aumento nos índices de aprendizado, já a outra metade alega estabilidade. Tiveram diversas atribuições a resultado, as respostas mais frequentes das que tiveram melhora em sua média foram: Desenvolvimento de projetos com empresas e instituições parceiras, envolvimento dos alunos nas atividades interdisciplinares, quadro de professores completo e foco no trabalho pedagógico. Portanto, os projetos indisciplinados e a ótima ação dos professores são em sua maioria os responsáveis por essa melhora, segundo as respostas.
- Já as escolas que mantiveram a média ou baixa, apontaram como os fatores responsáveis: Baixa adesão das famílias, a vulnerabilidade dos

estudantes e a falta de continuidade na gestão e formação de professores. Sendo assim, segundo as escolas o aumento de políticas públicas e maior envolvimento da família seria responsável pelo o aumento também do aprendizado.

- A maioria das escolas possuem projetos de recuperação, e escolas com um aumento na média de aprendizado possuem também outros projetos para auxílio do aluno.
- Projetos que tratam de educação digital, cultura, acompanhamento psicológico e de assistência e prevenção contra violência sexual, tiveram altos índices de desenvolvimento. O menos tratado foi o de educação financeira, e o restante esteve em uma média bem equiparada.
- A maioria das escolas realiza “Incentivo para cursar graduação, especialização ou pós-graduação oferecidas pelo Governo ou outras instituições”, incentivando seus estudantes a darem continuidade aos seus estudos. E a maioria das instituições analisadas oferecem “Cursos para aprimoramento pedagógico”. Há uma baixa na questão da inclusão de pessoas com alguma deficiência, elaboração de cardápios e capacitação para garantir a segurança escolar e comunitária.

## **8. ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS**

Cerca de 78% das escolas que responderam o questionário foram fundadas até a década de 1980, sendo que os outros 22% foram fundadas em 2010. Será que o fator da migração de parte dos estudantes das classes populares para as escolas privadas tem a ver com esse movimento?

De Bonamino (2003) analisa o redesenho das relações entre o público e o privado na educação brasileira a partir dos anos 80, época de democratização e descentralização da educação, com base nas reformas estruturais, que tinham como foco a ampliação e melhoria da escola pública.

Nós tivemos o conhecimento da data de fundação de outras 18 escolas que não responderam nosso questionário, totalizando 36 escolas e verificamos que 75% dessas escolas da região foram criadas até a década de 1980.

Segundo Opice (2014) houve um aumento na migração dos alunos da rede pública para a rede privada de 2003 a 2013, onde o índice de migração passou de 17% para 25% no

ensino fundamental e de 16% para 18% no ensino médio. Sendo as principais variáveis explicativas a nota e indicadores socioeconômicos, como escolaridade da mãe e faixa de renda familiar. Opice avalia ainda que, mesmo havendo uma variável da qualidade de ensino das escolas privadas mais baratas, ainda assim, o seu ensino é superior à qualidade das escolas públicas.

Ainda segundo De Bonamino, por meio da Constituição Federal de 1988, foi então desenhado um novo quadro de responsabilidades educacionais, que alterou tanto o arranjo federativo do país quanto às relações entre o Estado, o setor privado lucrativo e não-lucrativo na oferta e distribuição de educação escolar.

Verificamos que das 18 escolas que responderam os questionários 14 atendem o Ensino Fundamental e 9 atendem o Ensino Médio. No panorama geral, das 53 escolas, 46 delas possuem o ciclo Fundamental II e 18 oferecem o Ensino Médio e/ou o Médio Técnico.

Conforme censo escolar no portal Qedu, no ciclo do ensino fundamental II temos 14.065 alunos matriculados nas 53 escolas públicas da Região do Butantã e no ciclo do ensino médio um total de 8.096 alunos matriculados (QEDU, 2021).

Temos em torno de 43% a menos de matrículas para o ciclo de ensino médio em relação ao ciclo do ensino fundamental II, nas escolas públicas analisadas.

Podemos atribuir estes percentuais à evasão escolar que é um dos problemas enfrentados principalmente nas classes mais vulneráveis. Dados do IBGE informam que o abandono escolar no Brasil é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres, onde a renda é um dos fatores que determinam os percentuais de abandono e atraso escolar dos jovens de 15 a 17 anos (SARAIVA, 2019).

Está na LDB 9394/96:

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento. Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetros para atendimento do disposto neste artigo (BRASIL, 1996).

A pesquisa World Education Indicators (WEI), 2002, realizada pela Unesco e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), verificou que nos países desenvolvidos, a média de alunos por professor é de 14,3 e nos em desenvolvimento, 21,7. O Brasil apresentava, segundo o censo escolar 2002, uma média de 38 alunos por turma (INEP, 2004). Entre os 3 últimos anos, percebemos um certo avanço na relação da média de alunos por professor a nível Brasil, sendo 30,4, 30,2 e 29,6, para os anos de 2017, 2018 e

2019. No município de São Paulo em 2019, a média foi de 32,8 alunos por professor (INEP, 2021).

Como vemos, as escolas da região do Butantã, segundo as respostas dos questionários, apresentam uma quantidade de alunos por sala de aula ainda superior à quantidade de alunos por sala nos países desenvolvidos. Mais de 50% das escolas que responderam o questionário informaram que possuem de 31 a 40 alunos por sala. Atribuímos a resposta de uma escola que diz possuir até 10 alunos na sala de aula, à atual realidade, ou seja, talvez seja o número de alunos que estão assistindo aula em tempos de pandemia.

Das 18 respostas 5 dizem que a escola não é segura para professores e alunos, representando 27,78% das respostas.

Para entendermos a questão de violência nas escolas, observamos um estudo realizado por Leme (2020), negra, nordestina, mãe solteira e periférica. Com formação básica nas escolas públicas, ingressou na polícia civil metropolitana da cidade de São Paulo, no intuito de custear seu ensino superior. Sua dissertação de mestrado, tem como base uma crítica a violência escolar e violência policial do currículo do Estado de São Paulo, advindas dos questionamentos gerados a partir da sua análise crítica sobre as experiências vividas na sua formação inicial, como guarda civil, e seguinte, como professora.

Leme (2020) discorre que as relações entre a violência e a escola são tratadas em algumas dimensões: violência na escola, violência à escola e violência da escola. Relata o que observou em sua experiência institucional, sobre os discursos de poder e de dominação: assim como nos quartéis, estão presentes na escola, sua presença podia ser sentida pelo uso de regras, de normatizações, de humilhações e de punições. E conclui

os estudos indicam a necessidade de serem produzidas práticas sociais que abarque a família, a escola, a saúde, o esporte, a cultura, assistência social e psicológica e as próprias corporações policiais, mas que devem nascer a partir de políticas públicas que não sejam construídas como remédios para curar ou conter a patologia que é o segmento juvenil. Sendo uma das instituições mais importantes, cabe à escola repensar suas ações, rever os seus sentidos para os alunos e a comunidade escolar, prover níveis de proteção que garantam o exercício da cidadania possibilitando a autonomia e autoestima dos alunos (LEME, 2020. p. 112).

O projeto ÍNDICE DE VIOLÊNCIA ESCOLAR (IVE) DA CIDADE DE SÃO PAULO - Fase II, participante da 19ª Feira Brasileira de Ciências e Engenharia problematiza:

Nesse sentido, o acompanhamento sistemático do problema, com base no Índice de Violência Escolar, pode contribuir para o enfrentamento mais sistemático do problema. [...] violência escolar é um sintoma de um problema estrutural da sociedade que se encontra, como já destacado por Paulo Freire, sucumbida por uma lógica opressora que permanece até os dias atuais devido às vulnerabilidades de diversas regiões da cidade. Desse modo, tais bairros permanecem violentos e com um sistema educacional vulnerável a essa violência, o que impede a consolidação de uma educação adequada aos jovens e crianças que ali crescem e estudam (VIEIRA, [2021])

Ainda segundo Vieira ([2021]), de acordo com dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (OSDH), a violência contra menores aumentou 14% de 2019 para 2020. A pandemia agravou a violência contra as crianças, pois estas encontram-se presas em ambientes violentos, em que enfrentam ameaças, privações e violações de seus direitos, o que inclui maus tratos e diversos tipos de violência. Chama a atenção para o fato de que a violência escolar é um reflexo da violência vivida pelos alunos fora da escola, em especial a doméstica. Logo, com a quarentena, por mais que a violência no ambiente escolar não ocorra, sua raiz se intensifica.

Mais da metade das escolas não realizaram atividades sobre os ODS nos últimos 3 anos. Uma escola menciona que conhece bastante sobre ODS 's professores e alunos sabem pouco; e não realiza/ou não sabe se a escola realizou alguma atividade sobre o assunto não consta do PPP da instituição.

O nível de conhecimento sobre os ODS é médio a alto entre os gestores deste grupo de escolas, e estes acreditam que professores e alunos sabem pouco. As ações de divulgação ou formação realizadas com a comunidade escolar foram pontuais e sem periodicidade definida. Embora uma das Etecs tenha afirmado não haver menção dos ODS no PPP, verificamos ações que a escola desenvolve se relacionam com o ODS 4.

### **Escolas da Rede Estadual - 7 escolas**

Os gestores deste grupo de escolas afirmam que sabem pouco sobre os ODS, e acreditam que os professores sabem pouco ou não sabem sobre os ODS. As respostas dos gestores referentes ao que acreditam sobre o conhecimento dos alunos apontam para o não conhecimento dos alunos sobre os ODS. Por unanimidade, afirmaram que não realizaram ações de divulgação ou formação sobre os ODS nos últimos 3 anos. Verifica-se o desenvolvimento de algumas ações relacionadas ao ODS 4. No entanto, essas ações em grande parte não são realizadas para a escola toda e sim para algumas turmas. Apenas 1 escola afirma haver a menção dos ODS no PPP da escola.

## **Escolas da Rede Municipal - 7 Escolas**

Os gestores das escolas municipais apresentam um nível um pouco mais elevado de conhecimento sobre os ODS, e acreditam que há pouco conhecimento dos professores sobre os ODS. Em relação ao conhecimento dos alunos, acreditam que estes também saibam pouco. Cerca de metade das escolas deste grupo afirmam realizar ações pontuais sem periodicidade definida, de divulgação ou formação sobre os ODS nos últimos 3 anos com comunidade escolar. Uma das escolas mencionou que os ODS constam do currículo da cidade. Cerca de 60% dos gestores afirmam existir menção dos ODS no PPP. E verificamos algumas ações realizadas com todas as turmas e em parte delas em quase todas as questões que indagamos e que são ações relacionadas aos ODS.

Para entendermos a questão de violência nas escolas, observamos um estudo realizado por Leme (2020), negra, nordestina, mãe solteira e periférica. Com formação básica nas escolas públicas, ingressou na polícia civil metropolitana da cidade de São Paulo, no intuito de custear seu ensino superior. Sua dissertação de mestrado, tem como base uma crítica a violência escolar e violência policial do currículo do Estado de São Paulo, advindas dos questionamentos gerados a partir da sua análise crítica sobre as experiências vividas na sua formação inicial, como guarda civil, e seguinte, como professora.

Leme (2020) discorre que as relações entre a violência e a escola são tratadas em algumas dimensões: violência na escola, violência à escola e violência da escola. Relata o que observou em sua experiência institucional, sobre os discursos de poder e de dominação: assim como nos quartéis, estão presentes na escola, sua presença podia ser sentida pelo uso de regras, de normatizações, de humilhações e de punições. E conclui:

“os estudos indicam a necessidade de serem produzidas práticas sociais que abarque a família, a escola, a saúde, o esporte, a cultura, assistência social e psicológica e as próprias corporações policiais, mas que devem nascer a partir de políticas públicas que não sejam construídas como remédios para curar ou conter a patologia que é o segmento juvenil. Sendo uma das instituições mais importantes, cabe à escola repensar suas ações, rever os seus sentidos para os alunos e a comunidade escolar, prover níveis de proteção que garantam o exercício da cidadania possibilitando a autonomia e autoestima dos alunos (LEME, 2020. p. 112).

O projeto ÍNDICE DE VIOLÊNCIA ESCOLAR (IVE) DA CIDADE DE SÃO PAULO - Fase II, participante da 19ª Feira Brasileira de Ciências e Engenharia problematiza:

Nesse sentido, o acompanhamento sistemático do problema, com base no Índice de Violência Escolar, pode contribuir para o enfrentamento mais sistemático do problema. [...] violência escolar é um sintoma de um problema estrutural da sociedade que se encontra, como já destacado por Paulo Freire, sucumbida por uma lógica opressora que permanece até os dias atuais devido às vulnerabilidades de diversas regiões da cidade. Desse modo, tais bairros permanecem violentos e com um sistema educacional vulnerável a essa violência, o que impede a consolidação de

uma educação adequada aos jovens e crianças que ali crescem e estudam (VIEIRA, [2021])

Ainda segundo Vieira ([2021]), de acordo com dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), a violência contra menores aumenta 14% de 2019 para 2020. A pandemia agravou a violência contra as crianças, pois estas encontram-se presas em ambientes violentos, em que enfrentam ameaças, privações e violações de seus direitos, o que inclui maus tratos e diversos tipos de violência. Chama a atenção para o fato de que a violência escolar é um reflexo da violência vivida pelos alunos fora da escola, em especial a doméstica. Logo, com a quarentena, por mais que a violência no ambiente escolar não ocorra, sua raiz se intensifica.

## **9. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através deste estudo tivemos condições de compreender como as escolas públicas de educação básica da região do Butantã/SP enxergam sua contribuição com a Agenda 2030 da ONU, a partir das ações que desenvolvem. A amostra coletada de 18 escolas que responderam ao nosso questionário, possibilitou-nos uma análise sobre o tema dessas escolas que são vinculadas às redes estaduais e municipais, e ainda ETECs e EAUSP.

A análise qualitativa das respostas das escolas participantes da pesquisa revela que embora as escolas, em sua grande maioria, desenvolvam ações relacionadas ao ODS 4, não relacionam a sua atuação como uma contribuição direta à agenda dos ODS, o que pode indicar um desconhecimento das escolas com relação ao que estabelece este objetivo. Não foi possível correlacionar diferenças no IDEB, com o comportamento dessas escolas relacionado às ações voltadas ao ODS4. Destacamos ainda ações fragmentadas nas escolas de divulgação dos ODS, em geral são realizadas palestras isoladas. Ainda, poucas escolas citam a inserção dos ODSs nos Projetos Políticos Pedagógicos.

Os dados revelam que há uma maior concentração do conhecimento sobre os ODS na figura do gestor, e que não há uma difusão deste conhecimento entre os professores e alunos. As escolas da rede municipal estão à frente na realização das ações voltadas aos ODS, em comparação às escolas da rede estadual de ensino, o que pode estar relacionado ao compromisso que existe em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que foi incorporado ao currículo da cidade (SÃO PAULO, 2020). Positivamente, as ETECs e a EAUSP, desenvolvem um número superior de ações relacionadas aos ODS em comparação às demais. Isto nos leva a compreender que é necessário um comprometimento da gestão

pública, com a conscientização dos gestores de escola e que este conhecimento precisa ser estendido aos professores e alunos.

As associações de pais e mestres estão presentes em todas as escolas e em grande parte também estão presentes os grêmios estudantis. Uma escola acolhedora que propicie a inserção da família e da comunidade na escola é fundamental para que ocorra uma conscientização e uma incorporação das práticas dos ODS, no âmbito escolar, familiar e comunitário. Portanto, se faz necessário o fortalecimento e a qualificação dos espaços de gestão democrática na escola, orientação esta que encontramos em vários estudos como em Pontual (2019, p.162).

Verificamos que grande parte das estruturas das escolas necessitam de reformas, reparos ou adequações, como também, problemas com equipamentos de acessibilidade e de inclusão nas escolas. Os dados também trouxeram o fator de insegurança manifestado pela gestão. Problemas estes que precisam ser regularizados para atingirmos o propósito do ODS4. Positivamente, a existência de ações e/ou projetos para o combate à evasão escolar foram mencionadas em resposta ao questionário em quase a totalidade das escolas, bem como ações desenvolvidas pela escola para apoiar alunos em situação de vulnerabilidade.

O contexto de pandemia trouxe à tona uma série de desafios e entraves quanto ao acesso à educação brasileira, sendo que estes não são exclusivamente oriundos do quadro da crise atual, mas sim resultados de uma trajetória político-institucional que não colocou a educação como prioridade de Estado alertam Silva e Souza (2020). O estudo Síntese de Evidências FGV Clear também avalia as consequências causadas pela pandemia na educação brasileira, e faz projeções desses impactos para os próximos anos. São utilizados três cenários: um cenário otimista, conservador e pessimista. Mesmo no cenário otimista as consequências à educação brasileira são muito impactantes, afetando principalmente as populações mais vulneráveis, agravando os problemas das desigualdades e da exclusão social (SOUZA, André Portella et al, 2021). Observamos também as observações denunciadas pelo Relatório Luz da Sociedade Civil – Agenda 2030, ano 2021, relatando que os ODS foram afetados, tendo sofrido retrocessos e ameaças de descontinuidade, agravados ainda mais pelas políticas públicas adotadas.

Diante do exposto, a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, firmado em 2015, se faz ainda mais necessária neste cenário pós-pandemia, partindo do princípio de que

se trata de um plano de ação que reconhece que a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável. Os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos e 169 metas, dependerá em um nível ainda mais elevado, de uma parceria global com o engajamento de todos – governos, sociedade civil, envolvimento familiar, setor privado, academia, mídia e ONU. É urgente e se faz necessária a conscientização de toda a sociedade sobre a Agenda 2030 da ONU e que busquemos seguir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para reduzir e mitigar as consequências sofridas, principalmente no âmbito do ODS4.

Perante os achados da pesquisa, defendemos a importância de desenvolver ações de formação junto às escolas sobre a Agenda da ONU, destacando as ações que já executam e implementando inovações que permitam os avanços para atingimento das metas relacionadas ao ODS4 - educação de qualidade, que visa assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. E, sugerimos estudos futuros com foco na análise da compreensão dos alunos, para identificar como eles enxergam os ODS, como eles se relacionam com o tema e quais as suas expectativas de futuro, levando em consideração o conteúdo abordado nas escolas e as ações desenvolvidas no seu dia-a-dia, no âmbito familiar e comunitário, e ainda essas perspectivas considerando o contexto global pós pandemia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 2030. Objetivo 4 - Educação de Qualidade. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/4/>. Acesso em: 06 fev. 2021.

ANTUNES, A. O Conselho da Escola, a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil como espaços de exercício de cidadania participativa. *Revista Parlamento e Sociedade*. São Paulo, v. 4, n. 6, p. 93-122, jan./jun. 2016. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/docbiblioteca](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/docbiblioteca). Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Últimas Notícias.Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/55921-mec-lanca-politica-nacional-de-formacao-de-professores-com-80-mil-vagas-para-residencia-pedagogica-em-2018>. Acesso em: 06 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica.: Programas e Ações. Brasília, DF: SEB, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes#:~:text=Por%20m%20eio%20da%20plataforma%20podemos,de%20recurso%20direto%20%C3%A0%20escola%2>. Acesso em: 03 fev. 2021.

DE BONAMINO, A. M. c. O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980. **Revista brasileira de história da educação**, v. 3, n. 1 [5], p. 253-276, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38719> Acesso em: 16 jun. 2021.

EBC - Empresa Brasil de Comunicação. Agência Brasil. A carreira de professor desperta cada vez menos interesse nos jovens. Brasília: EBC, 2017. Disponível em

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-10/carreira-de-professor-desperta-cada-vez-menos-o-interesse-de-jovens>. Acesso em: 06 fev. 2021.

EDUCAÇÃO. Governo do Estado de São Paulo. Relatório de Resultados. São Paulo: 2017. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1230.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

FARIA, E. M.; DE MEIRELES GUIMARÃES, R. R. Excelência com equidade: fatores escolares para o sucesso educacional em circunstâncias desfavoráveis. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 26, n. 61, p. 192-215, 2015. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/3115>. Acesso em: 12 fev. 2021.

FDE - Fundação para o Desenvolvimento Escolar. Governo do Estado de São Paulo. Relações de contexto e perfil da comunidade escolar e os resultados do Saresp 2018. São Paulo: FDE, 2019, 70p. Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/Documentos/2018/RelaçõesContextoPerfisResultados2018.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

FERREIRA, J. R. A. de A.; SOUZA, A. Governo do Estado do Paraná Secretaria de Estado Da Educação Programa De Desenvolvimento Educacional. **Gestão Escolar: Desafios e Possibilidades**. Curitiba: 2009. Disponível em: [UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ –UFPR \(diaadiaeducacao.pr.gov.br\)](http://universidade.federal.do.paraná.br/diaadiaeducacao.pr.gov.br) Acesso em: 09 fev.2021.

FLEURY, D. APM Faz a Diferença. TV Escola. p. 26 - 30. Sinesp. São Paulo: Sinesp, 2017. Disponível em: <https://www.sinesp.org.br/quem-somos/legis/349-apm/3339-texto-apm-faz-a-diferenca-tv-escola-mec>. Acesso em: 28 jan. 2021.

GTSC A2030 - Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. **IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil**. 2020. Disponível em: [https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/08/por\\_rl\\_2020\\_web-1.pdf](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/08/por_rl_2020_web-1.pdf). Acesso em: 12 fev. 2021.

GTSC A2030 - Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. **IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil**. 2021.

Disponível em: [https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por\\_rl\\_2021\\_completo\\_vs\\_03\\_lowres.pdf](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf). Acesso em: 28 ago. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Notícias. Censo Escolar. O Brasil **tem o maior número de alunos por professor no nível secundário**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/brasil-tem-maior-número-de-alunos-pro-professor-no-nível-secundário/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/brasil-tem-maior-número-de-alunos-pro-professor-no-nível-secundário/21206). Acesso em 15 ago. 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Cadernos ODS: ODS4. Brasília, DF: IPEA, 2019. 30 p. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190711\\_cadernos\\_ODS\\_objetivo\\_4.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190711_cadernos_ODS_objetivo_4.pdf). Acesso em: 03 fev. 2021.

LEME, S. A. **A formação e atuação do docente de sociologia e sua relação com a experiência juvenil sobre violência, violência policial, gênero e racismo numa escola periférica**. 2020. 121 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193427>. Acesso em: 12 jul. 2021.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022011005000001&script=sci\\_arttext&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022011005000001&script=sci_arttext&lng=pt). Acesso em: 11 fev. 2021.

MATSUI, Lucia Mieko et al. A comunidade na escola: limites e possibilidades para a participação dos pais no conselho de escola e na associação de pais e mestres. 2006. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/582>. Acesso em: 28 jan. 2021.

OPICE, I. B. **Determinantes da escolha entre o setor público e privado e a alocação dos alunos nas escolas**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-05032015-191142/publico/Isabel BichucherOpice.pdf> Acesso em: 16 jun. 2021.

OLIVEIRA, G. L. P.; ARTIGAS, N. Associação de Pais e Mestres e Funcionários: Conhecimento e Participação nos Processos Decisórios do Cotidiano Escolar. In EDUCERE - XIII Congresso Nacional de Educação. 2017. Disponível em [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24334\\_12191.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24334_12191.pdf) . Acesso em: 28 jan. 2021.

PRATTEIN - Educação e Desenvolvimento Social. Educação: Estudos e Indicadores sobre Educação. Qualidade na Educação Básica. [s.d.] Disponível em: [http://prattein.com.br/home/index.php?option=com\\_content&view=article&id=94:qualidade-na-educacao-basicacatid=117:estudos-e-indicadores-sobre-eduacao&Itemid=209](http://prattein.com.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=94:qualidade-na-educacao-basicacatid=117:estudos-e-indicadores-sobre-eduacao&Itemid=209). Acesso em: 03 fev. 2021.

SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. **4ª Conferência Municipal de Juventude**. São Paulo: CMDJ, 2019. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/participacao\\_social/conselhos\\_e\\_orgaos\\_colegiados/comjuve/index.php?p=286137](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/comjuve/index.php?p=286137). Acesso em: 06 fev. 2021.

SÃO PAULO (município). Prefeitura do município de São Paulo. **Relatório de Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Cidade de São Paulo**. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/link/relatorio-de-localizacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-na-cidade-de-sao-paulo.pdf>. Acesso em 15 ago. 2021.

SARAIWA, A. Síntese de Indicadores Sociais. IBGE. Agência de Notícias. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>. Acesso em: 21 jun. 2021.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Relatório de Monitoramento Global da Educação. Principais Mensagens e Recomendações. França, Paris: 2020. 20 p. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Global%20Education%20Monitoring%20Report%202020%20-%20Latin%20America%20and%20the%20Caribbean%20-%20Inclusion%20and%20education%20-%20All%20means%20all%20%5BPT%2C%20Key%20Messages%20and%20Recommendations%5D.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2021.

UNICEF Brasil - Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância. É direito de cada criança e adolescente a educação. São Paulo: UNICEF, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/educacao>. Acesso em: 09 fev. 2021.

VIEIRA, S. H. A. **Índice de Violência Escolar (IVE) da Cidade de São Paulo - Fase II**. 1 pôster. In: 19º Feira Brasileira de Ciências e Engenharia - FEBRACE. Escola Politécnica da USP - EPUSP. São Paulo: [2021]. Disponível em: <https://febrace.org.br/virtual/2021/SOC/330/poster/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

VIVO, Fundação Telefônica Vivo. Notícias. A participação familiar é constante e efetiva na escola paulistana. São Paulo: VIVO, 2016. Disponível em: <http://fundacaotelefonicavivo.org.br/noticias/participacao-familiar-e-constante-e-efetiva-em-escola-paulistana/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

[https://drive.google.com/drive/folders/15Uj3XrausgQAaJL2VSz\\_BCIDEVDeTa4](https://drive.google.com/drive/folders/15Uj3XrausgQAaJL2VSz_BCIDEVDeTa4)